



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cab. Des. Romero de Oliveira Andrade

147

Habeas Corpus nº: 0205132-1
Comarca: Recife (4ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Antonio Guanay Teixeira Souza
Paciente: Erivaldo Francisco da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça: Dr. Mário Germano Palha Ramos

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Art. 158, § 1º, c/c o art. 29 do CP. Alegação de constrangimento ilegal, pela ausência de fundamentação na decretação da preventiva. Inocorrência. Paciente que sabe toda a rotina da vítima e de sua família e que, em decorrência, pode comprometer, se em liberdade, a apuração dos fatos. Condições pessoais favoráveis não garantem a concessão da liberdade. Súmula nº 86 do TJPE. Suposto excesso de prazo. Inexistência. Inteligência da Súmula nº 84 do TJPE. **ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0205132-1 da 4ª Vara Criminal da Comarca de Recife - PE, em que figuram, como impetrante, o Bel. Antonio Guanay Teixeira Souza e, como paciente, **ERIVALDO FRANCISCO DA SILVA**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **DENEGAR** a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 02 de *junho* de 2010.

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

148

Habeas Corpus nº: 0205132-1
Comarca: Recife (4ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Antonio Guanay Teixeira Souza
Paciente: Erialdo Francisco da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça: Dr. Mário Germano Palha Ramos

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Antonio Guanay Teixeira Souza, OAB-PE 14.192, em favor de **ERIVALDO FRANCISCO DA SILVA**, devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE.

Inicialmente, verifico que o paciente encontra-se preso desde o dia 10/12/2009, recolhido na sede do GOE, em Recife, por suposta prática do delito previsto no art. 158, § 1º, c/c o art. 29 do CP.

Na inicial, alega o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em virtude da ausência de fundamentação quando da decretação da prisão temporária do mesmo (fls.02/18).

Além disso, destaca o excesso de prazo na prisão do paciente, sem que a defesa tenha dado causa.

Por fim, ressalta que se trata de um réu primário, com bons antecedentes, residência fixa e uma família constituída.

Sendo assim, requer o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do paciente.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls.19/31).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

149

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls.38/39).

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº 002/2010, de 05 de Janeiro de 2010 (fls.40).

Em 08 de janeiro de 2010, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, ofício nº 2010.0118.00008, permitindo-me observar andamento processual até a referida data (fls 44/45).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa do Procurador de Justiça Dr. Mário Germano Palha Ramos, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 62/69).

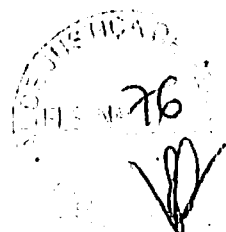
É o relatório.

Recife, 09 de Fevereiro de 2010.

Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



150

Habeas Corpus nº: 0205132-1
Comarca: Recife (4ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Antonio Guanay Teixeira Souza
Paciente: Erivaldo Francisco da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça: Dr. Mário Germano Palha Ramos

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a),

Pelas informações prestadas pela autoridade apontada como coatora (fls. 44/45), constato que o paciente foi preso em 10/12/2009 por força de prisão temporária. Em 07/01/2010, o representante do Ministério Público *a quo* ofereceu a denúncia, que foi recebida no dia seguinte, ocasião na qual o Douto Magistrado determinou a prisão preventiva do ora paciente, juntamente com seus comparsas, bem como ordenou a citação dos acusados, nos termos da Lei 11.719/03.

Em decorrência, verifico que o feito está com seu curso normal, dentro da realidade processual brasileira, sem qualquer atraso injustificado, provocado seja pelo juiz ou pelo representante do MP, que justifique a concessão da ordem, nesta oportunidade.

Neste sentido:

HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE
CIRCUNSTANCIADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA.
EXCESSO DE PRAZO QUE NÃO É EXACERBADO.



TAMPOUCO, INJUSTIFICADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. 1. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os tem mitigado, à luz do Princípio da Razoabilidade. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. (...) 5. Ordem denegada, com recomendação de urgência na conclusão do feito. (STJ; Habeas Corpus nº HC 139987 / PR HABEAS CORPUS 2009/0121381-4, Relator: Ministra LAURITA VAZ (1120), Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA, Data da Publicação: 15/12/2009)

Importante, ainda, destacar a **Súmula nº 84 do TJPE**: "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

Sendo assim, não havendo, no caso em tela, qualquer retardo processual a ensejar constrangimento ilegal efetivo e, ainda, considerando a gravidade do delito supostamente praticado pelo ora paciente, entendo que estes fatos não recomendam a sua soltura, nesta oportunidade.

Quanto à motivação da prisão do paciente, percebo, pela análise de cópia do decreto preventivo, que a custódia encontra-se devidamente fundamentada e com todos os requisitos legais exigidos (fls.54/57), não havendo, conseqüentemente, qualquer constrangimento ilegal a ser sanado.

Inclusive, destaco que o paciente, prevalecendo-se das informações que teve quando do exercício da função de motorista da vítima, e, juntando-se com mais dois acusados, passou a ameaçar a vítima e seus familiares de morte, caso não fosse paga a quantia de R\$ 20.000,00, que, ao final, foi reduzida para R\$ 5.000,00. Assim, como bem destacou o Magistrado, sabendo o ora paciente de toda a rotina da família da vítima, torna-se imperiosa a custódia do mesmo, pois, em liberdade, pode influir na apuração dos fatos.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Den. Romero de Oliveira Andrade

152

Por fim, registre-se que os predicados pessoais favoráveis do paciente, por si sós, não constituem elementos que autorizem a concessão de sua liberdade, como bem dispõe a Súmula nº 86 do TJPE.

ISTO POSTO, acolhendo o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial *ad quem*, voto pela DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 17 de *junho* de 2010.

[Assinatura]
DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator